

TEMPO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA¹

Carmen Zink-Bolognini

Instituto de Estudos da Linguagem
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Mesmo na observação informal de relações de contato entre brasileiros e alemães, a diferença na administração do tempo que orienta os sujeitos é notória. Essa diferença pode causar problemas, principalmente quando as relações entre os sujeitos são profissionais. Por esse motivo, materiais didáticos e manuais de empresa que sugerem padrões de comportamento a seus funcionários tendem a abordar a questão a partir da perspectiva que leva em conta a oposição pontualidade/atraso. A necessidade de focalizar constantemente esse aspecto será analisada aqui a partir de uma perspectiva discursiva, que parte do pressuposto de que a linguagem não é transparente, de que o sujeito não é fonte de seu dizer (Pêcheux, 1975) e de que não há um sentido único para as palavras. O que há são efeitos de sentido, obtidos a partir de gestos de interpretação (E. Orlandi, 1998) feitos pelo sujeito. Esses gestos de interpretação são orientados a partir da memória histórica do sujeito, constituída pelo discurso.

ABSTRACT: Even an informal observation of contact relations between Brazilians and Germans allows one to verify how strikingly different their notions of time management are. Because this difference may cause misunderstandings mainly in the professional environment, traditional textbooks of Portuguese as a foreign language, as well as some manuals for multinational staff tend to treat this topic under the dichotomy punctuality/delay. This paper, however, intends to discuss this difference in perceiving time within the framework put forth by the French Discourse Analysis. Here language is seen as non-transparent, the subject who utters is not the original source of his utterances (Pêcheux, 1975), and the words do not have a fixed meaning. Meaning is actually construed by interpretative gestures made by the subject (E. Orlandi, 1998). The effects of meaning triggered off by the gestures of interpretation are historically given by the subject's historical memory and are constituted in the bosom of discourse.

NA MITOLOGIA grega, o Tempo (Cronös, pai de Zeus), é irmão de Mnemosine (memória), mãe de Clio (história). Ou seja, o Tempo é irmão da memória e tio da História. O meu interesse nesse quadro deve-se ao fato de que os três são anteriores aos Deuses Olímpicos, uma vez que o Tempo é pai de Zeus. Sendo assim, o Tempo não se acha preso, dentro da mitologia grega, ao esquema olímpico e nem à sua hierarquia. O Tempo é pai, genitor, ele é primeiro. Segundo Pessanha (1992), há uma racionalidade presente nos Deuses do Olimpo, que seria unificadora e sistematizante. E os três, o Tempo, a Memória, a História, questionariam essa sistematização, mantendo tensa a relação com os Deuses do Olimpo. Sendo assim, já na época olímpica, Tempo, Memória e História estão intimamente relacionados, e sua anterioridade aos Deuses do Olimpo, e o tipo de relação estabelecida com estes (pai, tio, tia), demonstra que esses três não poderiam ser regidos pelos demais Deuses, e estariam, portanto, fora de seu campo de atuação.

Pessanha (op. cit.) relata que foi importante para a sua sobrevivência que os homens pré-históricos marcassem de alguma forma o Tempo. Um exemplo citado pelo autor diz respeito à necessidade de que os hábitos dos animais fossem conhecidos de forma a possibilitar a caça. Garantir a sobrevivência teria sido, então, a primeira forma de submissão ao Tempo.

No mundo de tradição judaico-cristã, a referência ao tempo se dá no momento da criação: 6 dias de trabalho e um dia de descanso. O discurso que instaura os efeitos de sentido que remetem à Criação fala da Terra, do dia e da noite, portanto, do Tempo. E esse discurso orienta os sujeitos na sua relação com o Tempo: são 6 dias de trabalho, e um dedicado ao Criador.

J. Le Goff (1990) demonstra a maneira pela qual os mais diversos detentores de poder, entre eles a igreja cristã, ou os revolucionários iluministas, na França, por exemplo, o exercem por meio da definição do calendário. Isso porque, assinala o autor, aqueles que dominam o calendário, dominam o trabalho, o tempo livre, as festas, o lazer. Dominam o sujeito, de tal maneira que a relação sujeito-tempo é uma relação de poder, ou melhor, uma relação de exercício de poder de um sujeito sobre outro. É, portanto, uma relação ideológica.

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar no contexto de interlocução a partir do quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa (AD) tem permitido, por um lado, compreender a maneira pela qual efeitos de sentido são produzidos nessas relações, e por outro, localizar os motivos pelos quais mal-entendidos podem ocorrer nessas relações.

Esses dois momentos, ou seja, compreender a produção de efeitos de sentido, e localizar os desentendimentos serão analisados e investigados principalmente a partir de dois aspectos teóricos básicos sustentados pela AD: a concepção de história e de sujeito ancoradas a uma concepção de linguagem e ideologia.

Na verdade, a problemática da concepção de tempo abordada aqui, feita a partir da proposta de análise de relações de interlocução dentro do quadro teórico da AD, permite que sejam contemplados, nas discussões, o discurso, a história, a ideologia e o sujeito, elementos tradicionalmente não abordados em conjunto quando analisados a partir de outro quadro teórico.

O objetivo desse trabalho é tratar do tempo constituído discursivamente, como forma de exercício de poder, como forma ideológica. Porque, para a AD, é no discurso que linguagem e ideologia se encontram (cf. E. Orlandi, 1990), e o exercício de poder só é possível no discurso e pelo discurso. Estaremos partindo do pressuposto que a administração do tempo, sendo constituída discursivamente, é culturalmente mostrada e que ela controla cada ato dos sujeitos. Sujeitos que, envolvidos em seu cotidiano, não têm consciência de que a sua administração do tempo é constituída ideologicamente, de que ela não é a única possível, e de que o fato de ter a sua vida orientada por uma maneira de administrar o tempo deve-se a uma forma de exercício de poder. Sujeitos não têm consciência, enfim, de serem interpelados pela ideologia.

Pois aqui se encontra a grande questão colocada por M. Pêcheux (1983:55): o relacionamento entre discurso, linguagem, história e ideologia não é evidente para os sujeitos. Portanto, não há percepção da maneira pela qual o discurso em torno de questões relativas a administrações de tempo é um exercício de poder ideologicamente determinado.

Para investigar essa questão, analisaremos dois enunciados presentes em manuais que visam traçar normas de comportamento solicitadas de brasileiros que trabalham em uma firma multinacional de capital alemão. Essas normas objetivam traçar diretrizes para brasileiros ao estabelecerem interlocuções com alemães, franceses, americanos, japoneses, etc... Os dois enunciados focalizados aqui dizem respeito à administração do tempo. No caso de existir um compromisso com alemães, há o enunciado “Não se atrase”, e quando o compromisso for com franceses, há o enunciado “Atrase-se (5 a 10 minutos)”. É fundamental notar que não há especificações quanto ao tipo de compromisso. Se ele seria uma reunião formal, um almoço na empresa, ou um jantar de negócios, apenas para citar alguns exemplos.

Os dois enunciados apagam as diferenças, tratando dessa forma, todos os diversos contextos da mesma maneira.

Esses enunciados abrem espaço para que seja desenvolvida aqui uma reflexão a respeito da administração do tempo, e da maneira pela qual esse aspecto ganhou importância para o estabelecimento/manutenção de interlocuções, aqui especificamente de negócios, entre sujeitos constituídos pelo português brasileiro e pelo alemão. Porque estaremos considerando que atribuir importância a um determinado aspecto, o tempo, no caso, é resultado de um gesto de interpretação. Não é algo “natural”, “óbvio”, “inato”. O gesto de interpretação é definido por E. Orlandi (1995:6) como “um ato simbólico de intervenção no mundo. Uma prática discursiva. Linguístico-histórica. Com suas conseqüências. Com efeito, pode-se considerar que a interpretação é um gesto, ou seja, ela intervém no real do sentido” (E. Orlandi, 1995:6).

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEPÇÕES DE SUJEITO

Como esse trabalho analisa interlocuções, tendo-se em vista a perspectiva teórica proposta pela Análise do Discurso de linha francesa (AD), a diferença nos discursos constituidores dos sujeitos é fundamental. Isso porque parte-se, dentro do campo teórico da AD, do pressuposto de que o sujeito é constituído pelo discurso, de tal maneira que o que marca diferenças não seria o fato de um sujeito ter nascido na Alemanha ou no Brasil, mas sim, de ter sido interpelado por relações nas quais os idiomas alemão ou português são constitutivos. A diferença com as ciências sociais, nesse sentido, é fundamental, porque nessas áreas o sujeito é definido a partir de sua posição social, seu local de nascimento, etc... Na perspectiva discursiva, o sujeito é definido a partir da posição que ele ocupa na cadeia discursiva (cf. J. Guilhaumou & D. Mالدیدیر, 1989:66). Ou seja, é pelo discurso que o sujeito é constituído social, cultural, histórica e ideologicamente.

Marcar a diferença em termos de concepções de sujeito é importante para o pesquisador comprometido teoricamente com a AD, porque a perspectiva de abordar os dados passa a ser diferenciada também. A AD requer que uma investigação a partir do enunciado forneça elementos que permitam compreender como determinados efeitos de sentido são produzidos. Investiga-se, assim, a possibilidade de enunciação, a possibilidade de determinado enunciado ser proferido, sempre considerando

que as suas condições de produção sejam investigadas. Para tanto, é necessário levar em consideração o contexto histórico no qual os sujeitos estão inseridos, e pelo qual são constituídos.

Sendo assim, os enunciados “Não se atrase” ou “Atrase-se (5 a 10 minutos)” fazem parte do conjunto dos enunciados proferidos em um determinado contexto histórico. Dada a heterogeneidade do discurso, dada a própria incompletude da linguagem, o enunciado em questão é passível de ser colocado em cena por sujeitos a partir de um lugar de enunciação, quando em relação de interlocução com sujeitos de outro lugar de enunciação, e não em todos os contextos de interlocução, indiscriminadamente. Esses limites, essas possibilidades determinadas pelas condições de produção, são definidos pelas Formações Discursivas, que definem o que pode e deve ser dito em uma determinada ocasião (cf. E. Orlandi).

A questão que se coloca aqui quanto às Formações Discursivas no que diz respeito à relação específica com concepções de tempo merece atenção. Se considerarmos que os lugares ocupados pelos sujeitos enunciadores e aqueles aos quais estavam endereçados os enunciados acima podem ser definidos por relações de língua determinadas por diferentes possibilidades de estar na história, o trabalho de análise deverá demonstrar como tais enunciados fazem sentido. Esse “fazer sentido”, dentro da concepção de P. Henry (1994), remete à história, porque para ele, “a história faz sentido”.

A história do Brasil é contada, conforme E. Orlandi (1990), a partir de gestos de interpretação feitos pelo europeu. É essa a história que faz os sentidos que constituem ideologicamente os brasileiros. Qual seria, então, a diferença entre a Formação Discursiva que define os lugares dos brasileiros na cadeia discursiva, e aquela que define os lugares dos europeus? Seriam Formações Discursivas diferentes, ou seriam lugares diferentes na mesma Formação Discursiva?

O sujeito da análise do discurso é afetado pelos dois esquecimentos descritos por Pêcheux (1975): o primeiro diz respeito ao fato de que ele não é fonte nem origem de seu dizer, e o segundo é que ele não se dá conta de que as suas formulações podem ser outras. É nesse sentido que um sujeito pode ser classificado como brasileiro, por exemplo. Ao falar, ao colocar o

discurso que o constituiu em movimento, o sujeito estabiliza esse mesmo discurso. Dessa forma, para a AD, a importância do sujeito é dupla: em primeiro lugar, por ser estabilizador de um discurso, e, em segundo lugar, por constituir, nesse processo de estabilização, outros sujeitos (cf. E. Orlandi, 1990).

Considerar que o processo de estabilização do discurso ocorre cada vez que o sujeito o coloca em movimento, e considerar o sujeito des- centrado, não-intencional, é passar da concepção de sujeito da língua para a concepção de sujeito do discurso que requer, para P. Henry (1990), uma articulação entre o materialismo histórico, a lingüística e a AD.

O analista do discurso dá evidências a tal articulação ao investigar a maneira pela qual efeitos de sentido são produzidos no discurso. No caso desse trabalho específico, como estamos partindo de enunciados relacionados às diferentes concepções de tempo existentes no discurso de brasileiros e alemães, verificaremos, a seguir, como a questão é trabalhada historicamente. Isso porque a possibilidade de enunciação é dada pela história das interlocuções entre brasileiros e alemães, de tal forma que as marcas de tempo existentes nos seus enunciados são resultantes do andamento histórico de suas interlocuções. Pois a administração do tempo pelos sujeitos é dependente daquilo que pode ser encontrado no discurso que os constituiu.

3 SOBRE CONCEPÇÕES DE TEMPO

Questionamentos que giram em torno de concepções de tempo revelam-se como fonte rica de dados para a compreensão das determinações que orientam os sujeitos em suas ações. Isso porque, no nosso mundo atual, coordenado por horários, que organizam a vida dos sujeitos, tem-se a impressão de que o conceito de tempo é único e absoluto. No entanto, G. J. Whitrow (1988)², por exemplo, discute três estudos realizados com grupos que apresentam características singulares em sua língua a respeito do tempo. O primeiro estudo apresentado é o desenvolvido por B. L. Whorf, que concluiu que os Hopis, no Arizona, não apresentam palavras, formas gramaticais, construções ou expressões referentes ao tempo ou a qualquer de seus aspectos. Os verbos na língua Hopi não têm flexão de tempo. O

outro exemplo apresentado por Whitrow é dos Azandres, no Sudão, estudados por Evans-Pritchard. O pesquisador concluiu que, para esse grupo, o presente e o futuro se superpunham. E, por fim, é apresentado o estudo feito com os Nuers, também por Evans-Pritchard, que vivem em ambas as margens do Nilo Branco, e que não têm, em sua língua, um equivalente para a palavra “tempo”. Eles percebem o tempo como movimento de pessoas, através de sua estrutura social.

Esses estudos demonstram que o tempo pode ser considerado, e efetivamente o é, de maneiras conceitualmente distintas. Apesar das diferenças, ou da possibilidade de existirem diferenças, o cotidiano contemporâneo tem a tendência muito grande de homogeneizar as rotinas dos sujeitos, por meio de uma padronização dos mecanismos de mensuração do tempo. G. J. Whitrow comenta que a existência do relógio e sua popularização contribuem para que as nossas rotinas sejam estabelecidas e governadas de maneira a permitir que “as complexas operações de nossa sociedade possam ocorrer de maneira regular e efetiva” (p. 31).

Na verdade, esse posicionamento tomado pelo autor faz crer que é em torno de uma concepção de tempo, e do seu papel extremamente valorizado no nosso cotidiano que as diversas relações entre sujeitos, entre sociedades, entre operações financeiras são organizadas. Ou seja, aparentemente o nosso mundo existe como tal devido aos discursos que tomam o efeito simbólico produzido pelo relógio. Como pressuposto para sua orientação, e as relações de poder sugerem que não façam parte desse mundo organizado pelo relógio sujeitos com concepções de tempo diferentes.

Os exemplos apresentados acima a título de ilustração tratam de questões limítrofes, com as quais não nos propomos a trabalhar aqui. Na verdade, as questões que aparecem em interlocuções entre brasileiros e alemães não se devem a concepções de tempo tão díspares como as apresentadas acima, porque sabemos que o relógio está presente nas duas comunidades. Sabemos que os calendários são os mesmos. Mas esses enunciados apontam para diferenças na administração do tempo.

4 OS ENUNCIADOS EM QUESTÃO

No enunciado “Não se atrase”, há duas questões que merecem destaque. A primeira delas diz respeito ao próprio conceito de enunciação. E. Guimarães (1995) a define como sendo um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, considerando-se interdiscurso a relação de um discurso com outros, anteriores a ele, considerando-se o interdiscurso a memória do dizer. Sendo assim, a enunciação se dá atravessada por uma história, e a possibilidade de enunciação se dá devido a essa história.

A segunda questão que merece ser analisada é aquela que gira em torno de sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. De acordo com E. Orlandi (1988:106), o sujeito da enunciação é aquele que enuncia, e o sujeito do enunciado é aquele que coloca em cena os discursos que o constituíram. É, portanto, aquele que coloca em cena sua história, sua ideologia. Segundo a autora, pode ocorrer a sobreposição de sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. Trabalhando com o par pergunta-resposta, nota-se que a formulação de uma pergunta abre espaço para que o interlocutor, ao responder, seja sujeito do enunciado, pois é a sua história que entra em cena (cf. C. Z. Bolognini, 1996), além de, evidentemente, também ser sujeito da enunciação. Na análise em questão, como o imperativo pode ser parafraseado com a forma “Eu quero que você (meu interlocutor) não se atrase”, pode-se depreender que é a historicidade, a ideologia do “Eu”, sujeito da enunciação, que está sendo colocada em cena. Esse “Eu” ocupa, portanto, também a posição de sujeito do enunciado.

É importante salientar que o “Eu”, o sujeito da enunciação e do enunciado, ao enunciar “Não se atrase”, além de colocar em cena a sua história, seus valores culturais, sua ideologia, está também trabalhando com o imaginário que tem constituído a respeito de seu interlocutor. A esse processo Guimarães (1995) denomina de efeito de antecipação, segundo o qual a memória histórica dos sujeitos, constituída discursivamente, permite que eles tenham uma imagem: a) de seus interlocutores; e b) da imagem que eles julgam que seus interlocutores fazem deles. A possibilidade da enunciação do imperativo se dá, nesse caso, orientada por um padrão de comportamento historicamente e ideologicamente consolidado que não lhes é intencional, mas que se lhes apresenta como o único aceitável.

O imperativo negativo é a forma gramatical, dentre todas as outras possíveis, que se apresenta no contexto de enunciação. Sabe-se que todo enunciado negativo pressupõe a sua afirmação. No entanto, no enunciado em questão, o imperativo negativo denega não a sua forma afirmativa que seria o “Atrase-se”, mas sim, o que ele pressupõe, que é a possibilidade de atraso. Porque o imperativo, a ordem, a sugestão, o pedido ocorrem em um contexto regido por dois pressupostos: o primeiro é que não há a expectativa de que o sujeito ao qual se dirige o enunciado iria realizá-lo. Esse pressuposto baseia-se no efeito de antecipação, mencionado anteriormente, da imagem que o sujeito da enunciação tem de seu(s) interlocutor(es). O segundo pressuposto está relacionado à imagem que o sujeito da enunciação julga que seu(s) interlocutor(es) tem de si próprio, pois a sua posição é a daquele que, historicamente, pode enunciar imperativos nesse contexto de interlocução específico. Ou seja, conforme E. Guimarães (2000:21), “pela divisão da língua, é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros”.

Poder dizer “Não se atrase” implica que as relações estabelecidas entre os dois interlocutores tem uma história, que é ideológica, e por esse motivo, carrega em si juízos de valor. A denegação coloca em foco o ato de se atrasar, valorizando-o negativamente, e constituindo-o, assim, discursivamente como um problema. Entretanto, o atraso é classificado como problema no contexto de interlocução entre brasileiros e alemães, quando são os alemães aqueles que ficarão esperando. Quando o contexto de interlocução será entre brasileiros e franceses, o enunciado é outro: “Atrase-se (5 a 10 minutos)”. Ou seja, os brasileiros são convidados a se atrasarem, podem esperar atrasos, mesmo que eles sejam mensurados, portanto, controlados.

Vale a pena perguntar porque o enunciado “Espere atrasos” dirigido a alemães quando em interlocução com brasileiros não se dá. Ele provavelmente não é passível de ser enunciado porque pela divisão de poder, certas coisas podem ser ditas, conforme E. Guimarães, e outras não. Certas coisas podem ser ditas para alguns interlocutores, e outras não. Certas formas gramaticais podem ser usadas por alguns interlocutores, e não por outros.

O uso do imperativo, nesse contexto, indica que há uma posição de poder na cadeia discursiva ocupada por um sujeito, representante de um

grupo. Esse imperativo indica que há expectativa de que a adaptação de um sujeito a outro no contexto de interlocução, naquilo que diz respeito à administração do tempo, ocorra em apenas uma direção. Atrasar-se (5 a 10 minutos) ou não se atrasar é o que se espera que seja feito pelo brasileiro, dependendo de seu interlocutor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é passível de ocorrer em uma interlocução entre brasileiros e alemães no que diz respeito à administração do tempo é aquilo que é aceitável pelos gestos de interpretação (cf. E. Orlandi, op. cit.) do alemão. A produção de gestos de interpretação se dá sempre que o sujeito entra em contato com o simbólico, e os horários, as divisões do tempo, acontecem a nível do simbólico também. A mensuração do tempo se dá via linguagem, via símbolos, via discurso. O tempo inexistente fora do discurso. É, portanto, sujeito a gestos de interpretação. Os enunciados “Não se atrase”, ou “Atrase-se (5 a 10 minutos)” indicam a possibilidade da existência de gestos de interpretação diferentes para a administração do mesmo padrão de tempo. Gestos de interpretação diferentes dentro da mesma Formação Discursiva.

Tentar controlar a maneira pela qual um sujeito administra seu tempo é um exercício de poder. A todo exercício de poder sempre há a possibilidade do exercício de resistência. Na questão relativa ao conceito de tempo, a classificação de uma possível resistência a um controle como “atraso” coloca o interlocutor na posição de pedir desculpas, apagando o fato de que sempre há a possibilidade de outros gestos de interpretação. De que os gestos de interpretação feitos quando os compromissos são reuniões formais na empresa podem ser diferentes dos gestos de interpretação feitos quando as reuniões na empresa forem de caráter mais informal (almoços), ou quando as reuniões forem fora da empresa (jantares). O não reconhecimento dessas diferenças, e a produção de efeitos de sentido que administram o tempo de apenas uma maneira, pode levar a mal-entendidos que acabem por dificultar interlocuções entre sujeitos.

Notas

¹ Agradeço aos Profs. Eduardo Guimarães e Suzi Lagazzi-Rodrigues pelas valiosas críticas e comentários.

² Esses trabalhos não estão comprometidos com o quadro teórico da AD.

BIBLIOGRAFIA

- GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. “Da enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise do Discurso”, em *História e Sentido na Linguagem*, Pontes, Campinas (1989) pp 61-70.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*, Pontes, Campinas (1995).
- GUIMARÃES, E. “O Político e os espaços de enunciação”. In mimeo. Campinas (2000).
- HENRY, P. “Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux”, (1969) (trad. Bethania S. Mariani), em *Por uma Análise Automática do Discurso* (F. Gadet & T. Hak org.). Editora da Unicamp, Campinas (1990).
- HENRY, P. “A história não existe?”, em *Gestos de Leitura*. Orlandi, E. (org.). Editora da Unicamp, Campinas, pp. 29-53 (1994) (trad. José Horta Nunes).
- LE GOFF, J. (1990) *História e Memória* (trad. Bernardo Leitão). 2. ed. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp (1992).
- ORLANDI, E. *Terra à Vista*, Campinas, Pontes (1990).
- ORLANDI, E. “Autoria e Interpretação”, em *Revista de Psicanálise PUC-S.P.* (1995).
- ORLANDI, E. “Dispositivos de Interpretação”, em *Interpretação. Vozes* (1997).
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, 1988 (1. Ed. 1975), (trad. E. Orlandi, L. Chacon, M. Corrêa e S. Serrani).
- PÊCHEUX, M. & Fuchs, C. (1975) “A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas” (trad. Péricles Cunha), em *Por uma Análise Automática do Discurso* (F. Gadet & T. Hak, org.). Campinas, Editora Unicamp (1990).
- PÊCHEUX, M. (1983) “A Análise do Discurso: Três épocas” (trad. Jonas de A. Romualdo), em *Por uma Análise Automática do Discurso* (F. Gadet & T. Hak). Campinas, Editora da Unicamp, (1990).
- PESSANHA, J. A. M. “O Sono e a Vigília”, em *Tempo e História*. Companhia das Letras, SP, 1992, pp 33-56.
- WHITROW, G. J. *O Tempo na História* (trad. M. Luiza X. de A. Borges 1993). Jorge Zahar ed. (1988).

